

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 633 - Brasília, quinta-feira, 5 de fevereiro de 1998

NESTA
EDIÇÃO

1 Desmatamento: CAS convoca dois ministros

Ministros do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia serão chamados a audiência pública sobre os índices de desmatamento da Amazônia, no período de 1995 a 1997.

Página 8

2 Emenda sobre militares será promulgada

As Mesas do Senado e da Câmara promulgam hoje, às 13h30, a emenda constitucional que trata do regime funcional dos militares.

Já o Senado realiza, às 10h, sessão deliberativa extraordinária.

Página 2



Plenário registra 81 senadores

O Senado, que tem registrado *quorum* elevado durante a convocação extraordinária neste recesso parlamentar, teve ontem a presença de 100% dos senadores - o painel mostrou a presença de todos os 81 parlamentares na Casa. Na quarta-feira da semana passada, dia em que foram votados projetos importantes, como a regulamentação das rádios comunitárias, o painel do plenário registrou a presença de 80 dos 81 senadores.

Senado aprova lei que protege direitos do autor

Confirmada a supressão de artigos do substitutivo da Câmara. Proposta, que agradou artistas, vai agora à sanção presidencial

Rejeitadas emendas à reforma administrativa

As 17 emendas que pretendiam alterar o mérito da reforma administrativa foram rejeitadas ontem pela Comissão de Justiça (foto). O senador Antonio

Carlos Magalhães (no destaque) previu a promulgação da reforma administrativa em março.

Página 5



O plenário do Senado aprovou substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do ex-senador Luiz Viana Filho que atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. A votação foi acompanhada por diversos artistas, que pediram a supressão de três artigos do substitutivo da Câmara e foram atendidos. O relator da matéria na Comissão de Justiça, senador Romeu Tuma, garantiu que a nova legislação significa o atendimento de uma antiga reivindicação de todos que vivem do trabalho intelectual. Página 3

Foram apreciadas mensagens do Executivo indicando nomes para as representações diplomáticas brasileiras em Portugal e na Ucrânia

CRE sabatina embaixadores e acolhe acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, no início da noite de ontem, pareceres favoráveis às mensagens de indicações dos diplomatas Synesio Sampaio Goes Filho e Mário Augusto Santos para os cargos de embaixadores do Brasil junto a Portugal e Ucrânia, respectivamente.

As votações ocorreram após a sabatina dos indicados. As mensagens foram relatadas respectivamente pelos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e José Agripino (PFL-RN).

A CRE aprovou, ainda, parecer sobre proposição que submete à consideração do Senado declaração constitutiva dos estatutos das comunidades de língua portuguesa. A matéria foi relatada pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que ofereceu parecer favorável.



Embaixador Sampaio (E) ao lado do senador Romeu Tuma na CRE.

Outros projetos aprovados na reunião foram os que tratam dos seguintes acordos internacionais: relativo ao ingresso do Brasil no Comitê do Aço, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), relatado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC); cooperação cultural entre o Brasil e o Uruguai, relatado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS); o texto da convenção relativa à proteção da crianças e à cooperação em matéria de

adoção internacional, relatado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ); e o texto do acordo-quadro de cooperação econômica e industrial entre o Brasil e a Itália, cuja relatora foi a senadora Regina Assumpção (PTB-MG).

O presidente em exercício da CRE, senador Romeu Tuma (PFL-SP), comunicou o adiamento da discussão, pela comissão, sobre o projeto que trata de destruição de aeronaves hostis, que também fazia parte da pauta.

Júnia quer tratamento igual para dívidas dos municípios

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) defendeu ontem tratamento igualitário, por parte do governo federal, ao conjunto das dívidas dos municípios. Ela apoiou reivindicação do prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, de que a negociação das dívidas contratuais municipais seja igual à das dívidas mobiliárias estaduais.

Júnia leu, em plenário, manifesto onde o prefeito Célio de Castro pede que as dívidas municipais sejam esticadas em 30 anos de prazo, com juros de 6% e correção pelo IGP. Essas condições são as que estão sendo acordadas com os governos estaduais e com cinco municípios paulistas. - As capitais brasileiras e as ci-



Júnia vê receitas diminuídas de médio porte, que têm um volume de dívida herdado de administrações anteriores, tiveram suas receitas diminuídas por causa das mudanças na economia nacional, que estão estrangulando os projetos de primeira necessidade das prefeituras - afirmou a senadora.

Francelino: dívida de BH mobiliza bancada mineira

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou a realização de reunião das bancadas mineiras no Congresso para discutir a possibilidade de renegociação da dívida contratual de Belo Horizonte, estimada em R\$ 166 milhões, nas mesmas condições com que o governo federal negociou a dívida mobiliária dos estados e municípios: 30 anos de prazo e juros de 6% ao ano, mais a correção pelo IGP da FGV.

Disse que a dívida é resultante de operações financeiras junto a bancos, destacando que os 5.506 municípios brasileiros carregam uma dívida contratual de R\$ 4 bilhões. Segundo ele, apesar das medidas de saneamento finance-



Francelino Pereira: renegociação de Belo Horizonte enfrenta déficit de R\$ 110 milhões.

O senador anunciou a instalação da Frente Parlamentar pela Livre Iniciativa, resultante da união de três frentes parlamentares associadas à agricultura, ao cooperativismo e à microempresa.

Congresso promulga regime para militares

O Congresso realizará sessão solene hoje, às 13h30, no plenário do Senado, para que as Mesas do Senado e da Câmara promulguem a emenda constitucional, aprovada no último dia 27, que estabelece o regime funcional especial para os servidores militares. Com a mudança, os integrantes das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros são desvinculados dos servidores civis, podendo inclusive ter reajustes diferenciados.

Às 16h30, na presidência do Senado, será feito o lançamento da TV Senado ao vivo na Internet.

Acordo e empréstimo na pauta de hoje do Senado

O Senado realiza hoje sessão deliberativa extraordinária, às 10 horas, para discutir e votar o projeto de resolução que autoriza o estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 60 milhões, para o financiamento de parte do programa de apoio ao pequeno produtor. Os senadores vão deliberar também sobre o projeto de decreto legislativo que aprova acordo de cooperação na área de turismo entre os governos do Brasil e da Hungria.

da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 60 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor do Estado da Paraíba - PAPP; e do *PDL nº 133/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Hungria. 13h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional Pauta: Promulgação da emenda constitucional que trata do regime funcional dos militares. Plenário do Senado

COMISSÕES

10h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação Pauta: Discussão e votação do *PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre desporto. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10 - Preside Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal
13h30 - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à promulgação da emenda constitucional que trata do regime funcional dos militares
15h30 - Despacho interno
16h30 - Lançamento da TV Senado ao vivo na Internet

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Pauta: Discussão em turno único do *Projeto de Resolução nº 10/98, que autoriza o estado da Paraíba a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69/95, e a contratar operação de crédito externo, com garantia

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Depende, agora, da sanção presidencial a atualização e consolidação da legislação brasileira sobre o tema. A pedido da classe artística, três artigos foram suprimidos do texto oriundo da Câmara dos Deputados

Plenário aprova novo direito autoral e agrada artistas

O Senado aprovou, dependendo agora de sanção presidencial, substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do ex-senador Luiz Viana Filho que atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais no Brasil. A votação foi acompanhada por vários artistas e, a pedido deles, os senadores suprimiram os artigos 36, 37 e 38 do texto oriundo da Câmara. O Senado entendeu que esses preceitos retiravam do titular do direito autoral ou do direito a ele conexo o benefício exclusivo de utilizar-se dessa garantia.

Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) explicou que, mantendo-se esses artigos, se daria proteção ao empregador, pois este, para celebrar contrato de trabalho, poderia compelir o artista a ceder de antemão os direitos patrimoniais sobre a obra. Tuma resumiu assim a decisão do Senado: "Estamos atendendo a antiga aspiração de todos que vivem, de alguma forma, do produto de seu trabalho intelectual -



Antonio Carlos recebeu a visita de muitos artistas, vindos do Rio exclusivamente para acompanhar a votação ontem

na literatura, na música, nas artes plásticas, nas atividades audiovisuais, enfim, em todos os campos onde o criador e o difusor da arte devem gozar de proteção legal".

A nova lei protege como obras intelectuais as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido

ou que se invente no futuro. E define o autor como a pessoa física criadora de obras literárias, artísticas ou científicas. Dispõe ainda que pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou. E assegura que cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artísti-



Tuma: Ecad é para os artistas

ca ou científica.

O relator reconheceu que a lei aprovada, apesar de situar o Brasil na tendência internacional de proteção ao direito autoral, ainda encontrará críticas. Uma delas, admitiu, deverá ser contra o artigo que mantém o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). "Alguns gostariam de vê-lo extinto, enquanto outros pretendiam fossem criados vários organismos arrecadadores por área de atividade ou por regiões", afirmou. Tuma pre-

feriu manter a estrutura do Ecad, deixando por conta da classe artística a mobilização necessária para corrigir eventuais deficiências.

Ao discutir a matéria, José Fogaça (PMDB-RS) disse que o Ecad é efficientíssimo na arrecadação do direito autoral. Na hora de distribuir o produto dessa arrecadação, no entanto, parte de um critério totalmente injusto, em que a aferição é baseada apenas no que tocam as emissoras FM do Rio de Janeiro e São Paulo. "Se lá no interior de Pernambuco há autores sendo executados diariamente em rádio e TV, o Ecad os desconhece para fins de distribuição de direito autoral, só os reconhece para fins de arrecadação", criticou o parlamentar.

Uma comissão de artistas encabeçada pelo ator Stepan Nercessian compareceu ao Senado para acompanhar a votação e agradecer ao presidente Antonio Carlos Magalhães o interesse na matéria.

Porto Alegre obterá crédito de R\$ 38 milhões para ônibus

O governo do estado do Rio Grande do Sul obteve ontem autorização do plenário para elevar seus limites de endividamento e realizar operação de crédito junto ao BNDES no valor de R\$ 38,6 milhões. Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Renovação do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A autorização concedida ao governo gaúcho deverá ser exercida dentro do prazo máximo de 270 dias. Segundo frisou o relator do projeto de resolução, senador Ra-

mez Tebet (PMDB-MS), em seu parecer favorável, o próprio Banco Central assegurou que o Rio Grande do Sul, nos próximos 10 anos, só extrapolará seus limites de endividamento no corrente ano.

O empréstimo terá como garantia o Fundo de Participação do Estado (FPE) e deverá ser pago em 90 parcelas mensais, com 30 meses de carência e indexação pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Durante o prazo de carência os juros serão trimestrais, passando a mensais quando do início da amortização do financiamento.

DIPLOMATA

Carlos Alberto Pessoa Par-



Tebet: parecer favorável

dellas, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, teve seu nome aprovado pelo plenário para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, conforme indicação do presidente da República.

Senadores comentam pontos da proposta

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) censurou a forma como a matéria estava sendo votada, dizendo que o projeto do ex-senador Luiz Viana Filho ficou engavetado na Câmara durante anos, sendo aprovado agora sem grande discussão. "Lamento que os líderes considerem a matéria de urgência urgentíssima, pois poderia haver um debate maior." O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, concordou com ele quanto à exiguidade do tempo para votação da matéria, mas ressaltou que muitos interessados debateram o projeto com os senadores.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) sugeriu que, após sancionada, essa lei possa ser aperfeiçoada, principalmente em relação aos co-autores da obra

artística. Em sua opinião, o que estava em jogo era "o interesse coletivo da cultura nacional". José Roberto Arruda (PSDB-DF) agradeceu ao relator por ter suprimido do projeto os artigos 36, 37 e 38, que, em sua opinião, representavam uma inconstitucionalidade.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) definiu o projeto como um esforço de modernização do país e Artur da Távola (PSDB-RJ) também destacou que a aprovação do projeto de lei do direito autoral fecha um círculo de alta relevância para o país.

Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a votação histórica que o Legislativo estava realizando. E o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu que a votação fosse consagrada ao seresteiro Sílvio Caldas.

Suplicy diz que cestas estão ruins



Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ontem ofício à presidenta do Conselho da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, pedindo uma reavaliação da distribuição de cestas básicas às famílias carentes. Suplicy informou que recebeu carta do procurador do estado de São Paulo, Wagner Giron de la Torre, informando que em Santo Antonio do Pinhal (SP), as cestas básicas se encontram em "péssimo" estado.

Conforme o senador, o procurador testemunhou que os alimentos distribuídos pelo programa Comunidade Solidária nessa cidade são "velhos, fedidos e escuros", sendo impréstáveis para o consumo, além de alguns dos alimentos estarem com a validade vencida. Ainda segundo Suplicy, o procurador disse que a situação ocorrida em Santo Antonio do Pinhal é semelhante à de outros municípios do Vale do Paraíba.

Amorim pede apuração de denúncia em RO



Ernandes Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem que a Comissão de Fiscalização e Controle tome providências para "uma apuração mais séria" da denúncia de que o governo de Rondônia sacou irregularmente saldos das contas de FGTS de 4.562 funcionários do estado.

Ele voltou a ler trechos da notícia na revista *IstoÉ* sob o título "Saquearam o Fundo". "O próprio governador reconheceu a fraude, embora diga que irá devolver o dinheiro", observou. O senador voltou a apontar, como responsável pela operação, o chefe do Gabinete Civil do governo de Rondônia, José de Almeida Júnior.

Segundo o senador, fundido já nasce com dinheiro em caixa para financiar a compra de terras por pessoa que comprove ter cinco anos de experiência no campo

Amin comemora sanção de FHC ao Banco da Terra

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) registrou em plenário que o presidente da República sancionou ontem a lei que cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, conhecido como Banco da Terra. Amin foi o autor do projeto do Fundo, aprovado no Senado por unanimidade, e participou no Palácio do Planalto da solenidade da sanção presidencial.

- O Brasil é o único país do mundo com problemas de reforma agrária. É o único que tem um Movimento dos Sem-Terra. O Fundo da Terra pode ser a solução para esse problema enfrentado pelos brasileiros - assinalou Esperidião Amin.

O Fundo da Terra, conforme o senador, já nasce com dinheiro em caixa para financiar a compra de terras por agricultores, parceiros, sem terras e qualquer pessoa que comprove ter cinco anos de experiência rural. São R\$ 500 milhões oriundos dos saldos bancários de contas não recadastradas e outros US\$ 100 milhões a serem emprestados pelo Banco Interame-

ricano de Desenvolvimento.

O Fundo da Terra concederá financiamentos para pagamento em até 15 anos, com a primeira parcela vencendo só ao final do terceiro ano. Só poderá ser financiada a compra de um módulo rural, cuja área é variável de região para região, sendo o menor de 2 hectares e

mas não critiquem uma proposta moralizadora", afirmou.

Depois de informar que tem recebido muita correspondência de presidentes de câmaras de vereadores, uma parte considerando baixo o percentual de 5%, Esperidião Amin admitiu que o percentual pode até não ficar no nível que propôs, mas não concorda que os gastos dos vereadores fiquem "sem qualquer limite".

- Deixar sem limites é uma irresponsabilidade. Há casos imorais em que a câmara de vereadores gasta até 24% da arrecadação municipal. Existe câmara que consome mais dinheiro do que as verbas gastas em educação. Isso contribui para a desmoralização dos Legislativos - assinalou Amin.

Conforme o senador catarinense, a emenda constitucional se inspirou no princípio municipalista. "Sou municipalista e acho que estaremos aperfeiçoando o processo democrático limitando os gastos do poder encarregado de fiscalizar o Executivo."



Amin: proposta moralizadora

o maior de 120.

Ainda ontem, Amin apelou aos presidentes de câmaras de vereadores para que sigam mudanças à proposta de emenda constitucional de sua autoria que limita em 5% das receitas municipais os gastos daqueles órgãos. "Façam sugestões,



Ronaldo: mais universitários

Ronaldo: Crédito Educativo com regras estáveis

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apelou ao governo federal para que o Ministério da Educação, os ministérios da área econômica e a Caixa Econômica Federal encontrem uma forma de fazer do Crédito Educativo uma ação permanente, sistematizada e com dotações orçamentárias compatíveis.

- Não há mais como conviver com essa situação de insegurança e instabilidade. O Brasil não merece que uma grande parte de sua juventude seja condenada à impossibilidade de cursar uma instituição de ensino superior - argumentou ele.

Na opinião de Ronaldo Cunha Lima, a prioridade a um determinado nível de ensino não pode significar a exclusão dos demais, e abandonar o ensino superior à própria sorte pode levar o Brasil a pagar um preço altíssimo por essa negligência. Ele disse que o número de brasileiros cursando uma instituição de ensino superior está muito aquém das necessidades brasileiras. E observou que, se é verdade que universalizou-se o acesso das crianças ao ensino fundamental, apenas 1% da população brasileira faz cursos superiores.

Conforme o senador, a grande maioria dos que estudam em instituições particulares é composta por pessoas de baixo poder aquisitivo, com sérias dificuldades para custear os estudos. O caminho para essa gente, na opinião de Ronaldo Cunha Lima, seria o Crédito Educativo que, bem estruturado, tem condições de financiar o estudo superior de milhares de brasileiros.

Ademir aponta pressões sobre grupo que fiscaliza trabalho escravo no PA

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apoiou ontem documento da Comissão Pastoral da Terra do Sul do Pará, elaborado pelo frei e advogado Henri des Roziers, que pede o reforço do Grupo Móvel da Secretaria de Fiscalização do Trabalho para que seja feito um melhor combate ao trabalho escravo.

Conforme o senador, os grupos móveis, criados em 1995, são chefiados, em cada região de atuação, por um coordenador - que é agente da Inspeção do Trabalho - e compostos por médicos, engenheiros e fiscais do trabalho. Segundo ele, o objetivo desses grupos é a erradicação do trabalho escravo no país.

- No Pará, o Grupo Móvel teve, em 1996 e 1997, atuação bastante positiva e fez várias operações de fiscalização bem

articuladas, rápidas e eficientes nas grandes fazendas. Só em 1997, a Fiscalização Móvel constatou a prática de trabalho escravo em diversas propriedades, envolvendo 450 trabalhadores - informou.

No entanto, Ademir Andrade afirmou, com base no documento da Comissão Pastoral da Terra, que os grupos móveis estão sofrendo pressões de grupos

políticos e econômicos poderosos. "Ou o governo é muito fraco para enfrentar os poderosos do interior deste país ou o governo é fraco para impor suas diretivas a seus próprios subordinados", ponderou.

- Até que ponto o Ministério do Trabalho e o presidente da República estão dispostos a apoiar os Grupos Móveis de Fiscalização, que eles mesmos criaram? - questionou.

O senador defendeu ainda outras reivindicações da Comissão Pastoral da Terra do Sul do Pará, como a aprovação de projeto de lei que amplia a definição do crime por prática de trabalho escravo, a constituição de equipes da Polícia Federal especializadas no combate a essa atividade, e a agilização do esquema de proteção às testemunhas.



Ademir: apoio até que ponto?

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova parecer do senador Romero Jucá contrário às modificações no mérito da proposta. Acatadas apenas alterações de redação

Recusadas emendas à reforma administrativa

Por 12 votos a dois, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o parecer do senador Romero Jucá (PFL-RR) favorável a nove emendas de redação à reforma administrativa e contrário a 17 emendas de mérito. A matéria será apreciada em plenário nos próximos dias 10 e 11, em primeiro turno, e se o texto votado na CCJ for mantido, a reforma administrativa não terá que voltar à Câmara dos Deputados.

As seis emendas destacadas para votação em separado - três do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), duas do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e uma do senador Romeu Tuma (PFL-SP) - foram rejeitadas.

A primeira emenda destacada por Dutra pretendia garantir a participação do usuário na avaliação de desempenho do servidor. Segundo o senador, dispositivo legal hoje em vigor que prevê a demissão de maus funcionários não é aplicado por excesso de corporativismo, o que seria evitado com a aprovação de sua emenda.

Mas a CCJ rejeitou a proposta, após debate do qual participaram os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Jefferson Pères (PSDB-AM), Esperidião Amin (PPB-SC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Jucá. No debate, foram levantadas questões sobre a viabilidade da proposta e sobre



Elcio, Jucá, Cabral e Francelino participam da reunião que manteve o texto da reforma administrativa

como ela seria aplicada no caso de uma avaliação sobre servidores que não lidam diretamente com o público.

A segunda emenda destacada pelo líder do Bloco Oposição foi prejudicada em função da rejeição da primeira, pois ela visava definir que lei complementar disciplinaria as forças de participação do usuário na administração pública. Já a terceira emenda tinha por objetivo estabelecer que lei complementar, e não ordinária, disciplinaria a perda do cargo, por servidor estável, por excesso de quadros - a exemplo do que está previsto para a regulamentação da hipótese de demissão por insuficiência de desempenho. A emenda foi rejeitada, após Jucá ter voltado a admitir que

a opção política por ele adotada - e confirmada pelo líder do governo, senador Elcio Alves (PFL-ES) - era a de evitar que a reforma fosse alterada e tivesse que voltar a ser apreciada pelos deputados. Segundo o relator, um ajuste no texto obrigaria o retorno da matéria à Câmara e inviabilizaria a reforma.

Por sugestão do presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Tuma desistiu de sua emenda - que pretendia incluir os delegados de polícia entre as categorias remuneradas mediante subsídio - e, depois de ficar praticamente acertado que o assunto seria tratado em uma nova emenda. Discutiram essa questão os senadores Jucá, Amin, Elcio Alves e o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda

(PSDB-DF).

As duas emendas destacadas por Valadares provocaram polêmica. A primeira visava suprimir dispositivo segundo o qual o subsídio dos ministros do STF seria fixado por lei de iniciativa conjunta dos presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo. A segunda pretendia estabelecer que a fixação do subsídio era de competência exclusiva do Congresso Nacional. O autor argumentou que o texto aprovado pelo plenário continha clara discriminação contra o Supremo, "uma distorção na Constituição em face de uma reestruturação que o governo deseja fazer através da reforma". Debateram a matéria os senadores Jucá, Josaphat Marinho (PFL-BA), Jefferson Pères e Dutra.

Francelino destaca posição do país em Davos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou ontem a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso no 98º Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, onde, sem o auxílio de sua equipe econômica, precisou defender o real e garantir a manutenção da política cambial.

- Mesmo isolado, o presidente teve a coragem, ou melhor, a ousadia de pôr o dedo na ferida - afirmou Francelino, referindo-se à defesa que Fernando Henrique fez de criação de um mecanismo de regulação internacional do fluxo de capitais especulativos para prevenir ataques às finanças e às moedas dos países, em consequência de crises como as das bolsas asiáticas.

O senador referiu-se ainda ao relatório sobre direitos humanos elaborado pelo Departamento de Estado norte-americano que aborda questões como a violência policial; exploração do trabalho infantil; elevados índices de analfabetismo; reduzido salário mínimo como desrespeito aos direitos do cidadão. Ele disse que "as iradas reações de funcionários do governo e até mesmo as críticas do presidente da República não conseguem esconder a dura realidade" porque "é impossível tapar o sol com uma peneira".

- Somos, de fato, a 8ª economia do mundo, mas somos também a 48ª nação em matéria de indicadores sociais. Estamos mais próximos dos países mais pobres da América Latina e da África. É evidente que R\$ 120,00 são insuficientes para o sustento de uma família; são escassos e de má qualidade o serviço de saneamento, saúde pública e educação; bolsões de pobreza na periferia das grandes cidades e no Nordeste desafiam políticos e governantes. A sociedade já não suporta conviver com indicadores sociais tão degradantes - afirmou.

ACM: "Prevalecerá o bom senso"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que considera a controvérsia sobre a votação do fim da aposentadoria especial para magistrados "assunto praticamente resolvido", e previu que a promulgação da emenda da reforma administrativa ocorrerá em março.

Antonio Carlos não adiantou qual será a solução, dizendo apenas que "prevalecerá o bom senso", e explicou que preferia não comentar o tema:

- No meu dever de não criar maiores atritos, devo evitar declarações, como acredito que o presidente Michel Temer também. O

assunto vai ser resolvido de acordo com o interesse público, e acho que não devemos discutir agora, porque a emenda só vai ser promulgada em março - esclareceu.

A votação da reforma administrativa pelo plenário do Senado, em primeiro turno, deverá ocorrer na semana que vem.



ACM: "Interesse público"

Senador acusa economista norte-americano de alimentar expectativas adversas sobre a economia brasileira quando prognosticou ataque especulativo à moeda brasileira, que não aconteceu

Serra ironiza previsão errada sobre o Real

O senador José Serra (PSDB-SP) criticou ontem o economista Albert Fishlow, por ter previsto, no dia 11 de janeiro, que em três semanas o Brasil sofreria um ataque especulativo contra o Real. O senador disse que o prazo venceu e o ataque não aconteceu. Em sua opinião, tal previsão equivale a afirmar-se que vai chover daqui a 21 dias.

- Isso pode acontecer, mas como prever? Além disso, uma previsão de ataque especulativo não é tão inocente quanto a de uma trovoadas. Num mundo financeiro nervoso, alimentou expectativas adversas sobre a economia brasileira - afirmou.

No entender de Serra, o



Serra: "Chutes pela linha de fundo"

prognóstico de Fishlow foi surpreendente porque, embora ele não seja especialista em macroeconomia, tem fama de conhecedor do Brasil e alguma audiência em Nova York, como integrante do Council of Foreign Relations.

Serra afirmou que mesmo

economistas mais cotados não escapam de palpites infelizes. Como exemplo, disse que Irving Fisher, um dos grandes economistas do século, pouco antes da quebra que deflagrou a depressão nos anos 30, assegurou que a cotação das ações ia ficar num nível permanentemente alto. Graças às próprias previsões erradas, Irving Fisher perdeu US\$ 8 milhões na quebra de 1930.

Na opinião de José Serra, se os economistas que fazem previsões levianas hoje estivessem sujeitos a perdas dessa natureza se tornariam mais cautelosos, "preferindo análises mais cuidadosas a chutes pela linha de fundo, desses que vão parar nas piscinas do clube".

Valadares denuncia aumentos abusivos de remédios em Brasília

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que, conforme levantamento realizado pelo Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, 87 remédios de uso mais comum foram reajustados no início de fevereiro em índices bastante superiores aos da inflação. Ele cobrou punições severas aos laboratórios farmacêuticos, pois, a seu ver, "não é justo que eles sejam punidos apenas com a redução de seus preços".

Para saber que providências estão ou serão tomadas pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, contra os laboratórios responsáveis pelos aumentos, o senador apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. Caso a secretaria tenha realizado alguma investigação, Valadares quer os resultados obtidos e as punições porventura aplicadas aos laboratórios, com os dados sobre quantos e quais foram.

Os casos mais gritantes registrados no levantamento



Valadares: punição contra abusos

foram os do Amidalin e do Anartrit, ambos do laboratório QIF: "Entre 1º de janeiro e 1º de fevereiro, ficaram 30,36% e 29,7% mais caros. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a inflação de janeiro medida pelo IGPM foi de 0,96%. Ao longo do ano passado, o preço do Amidalin já havia subido 26,6% e do Anartrit, 12,7%", afirmou.

Na opinião de Valadares, dado que dentro do Ministério da Fazenda existe um órgão específico para a fiscalização de abusos econômicos - a Secretaria de Acompanhamento Econômico -, conclui-se que "ela foi incapaz de coibir a ocorrência desses aumentos, que atingem principalmente as camadas mais pobres da po-

pulação". Paralelamente, enfatizou, os laboratórios oficiais do país tiveram seus recursos reduzidos pelo governo federal.

O senador registrou que o conselho verificou que, desde a implantação do Real, não houve um mês sequer sem aumentos nos medicamentos. Os dados comparativos entre os preços praticados em julho de 1994 e os atuais demonstram que remédios como o Propanolol, da Sanval, usado por cardíacos, e o Fenergan, antialérgico da Rhodia Farma, tiveram seus preços majorados em 200% e 150%, respectivamente. "A inflação acumulada no Real, de acordo com o IPC da Fipe, foi de 68,08% até o mês passado", comparou.

Como muitos laboratórios alegam que seus custos são fixados pelo dólar americano, o levantamento do conselho fez as devidas conversões e, ainda assim, constatou que o Plasil, usado contra enjôo, encareceu 97,4% desde a adoção da URV, em março de 1994. O Parazyne, antiinflamatório da Medley, subiu 52,3% em dólar, acrescentou o senador.

Hollanda destaca apoio aos produtores de álcool

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) elogiou ontem a decisão do governo federal de comprar o excedente da produção de álcool das usinas e destilarias das regiões Norte e Nordeste. Conforme informou, a resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool já foi publicada no *Diário Oficial da União*.

- Essa medida é muito importante, pois o setor de produção do álcool gera vários empregos na área rural, traz divisas para o país, além de o álcool ser uma energia renovável e não-poluente. Por isso, o setor precisa de incentivos, pois ele está buscando qualidade e produtividade - disse.

Joel de Hollanda manifestou sua certeza de que outras medidas de apoio à produção de álcool no Brasil serão ado-

tadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma delas, assinalou, poderá ser a ampliação da porcentagem de álcool na gasolina dos atuais 22% para 24%, como também está em estudos a mistura do álcool com o diesel.

O senador defendeu ainda que todos os veículos leves dos setores públicos federais, estaduais e municipais sejam, preferencialmente, movidos a álcool, a chamada "frota verde". Hollanda elogiou o governador de São Paulo, Mário Covas, que baixou um decreto recentemente instituindo a "frota verde" no estado.



Hollanda: empregos

Ceará prepara festa para receber FHC, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso irá encontrar na visita que fará ao estado neste sábado, um povo "receptivo" em virtude das obras que o governo federal vem fazendo no estado.

Conforme o senador, o presidente participará da inauguração da nova estação de passageiros do aeroporto de Fortaleza, que ganhará, segundo ele, instalações mais modernas. Lembrando que os recursos foram divididos igualmente pelos governos federal e estadual, Alcântara disse que a obra faz parte de um programa para estimular o turismo



Alcântara: mais turismo

no Nordeste. - É preciso criar uma infra-estrutura no Nordeste, por meio de melhoramentos nos transportes e nos hotéis, para consolidar a vocação turística da região. Por isso, façam um apelo à Embratur e ao Departamento

de Aviação Civil para que atuem junto às empresas aéreas para concederem descontos nas passagens, pois esses vôos baratos não chegaram até Fortaleza - disse.

De acordo com Lúcio Alcântara, o presidente Fernando Henrique também visitará uma escola pública estadual do Ceará como parte da campanha "Toda Criança na Escola".

Senadora lamenta que sociedade norte-americana não tenha dado a clemência necessária à condenada, que, como enfatizou, reconheceu seu erro e reformulou sua vida

Benedita condena execução no Texas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou fria e severa a sentença final do governo do Texas determinando a execução por injeção letal da americana Karla Faye Tucker, condenada por duplo assassinato em 1983. Segundo a senadora, sua intenção não é interferir nas decisões dos Estados Unidos, mas disse que sempre defenderá a vida e reforçou seu posicionamento contrário à pena de morte.

- Não venho aqui, em hipó-

tese alguma, defender o marginal ou aqueles que contrariam a lei. É inadmissível que o Estado haja com tanto rigor contra aqueles a quem ele mesmo não deu condições e oportunidades. Naturalmente, se prevalecesse aqui a pena de morte, conforme queriam alguns, muitos brasileiros já teriam sido mortos - afirmou.

Na opinião de Benedita, a sociedade americana não soube dar a clemência necessária à condenada, que, como enfatizou, reconheceu seu erro e

reformulou sua vida, chegando, inclusive, a casar com um pastor protestante na prisão. A senadora chamou a atenção para o fato de que o irmão de uma das vítimas e o próprio papa João Paulo II terem se colocado contra a decisão de executar Karla. "Mas a comissão de perdão do Texas mostrou-se inflexível", lamentou.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também frisou sua convicção contrária à pena de morte e considerou "uma crueldade" do



Benedita: apelo até do papa

governo dos EUA submeter uma cidadã a esse tipo de tortura. "O Estado não tem o direito de marcar dia e hora da morte de alguém", afirmou.



Rocha: crescimento fabuloso

Rocha registra 240 anos de Macapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou que a capital de seu estado, Macapá, completou ontem 240 anos, contados a partir de sua elevação à categoria de cidade, em 1758. Única capital às margens do Amazonas, Macapá teve "um crescimento fabuloso em função da criação da zona de livre comércio", circunstância que aprofundou seus problemas urbanos, disse o senador. Ao prestar sua homenagem aos macapenses, Sebastião Rocha afirmou esperar "que o país contribua para que cidades emergentes como Macapá possam proporcionar melhores condições de vida a sua população".

Voto de pesar pela morte do "caboclinho" Sílvio Caldas

O plenário do Senado aprovou ontem a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de pesar pelo falecimento do cantor Sílvio Caldas, ocorrido em Atibaia (SP). Pelo requerimento de iniciativa de Benedita da Silva (PT-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP), a Casa também enviará condolências à família.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), em encaminhamento favorável, sugeriu que a aprovação do projeto que atualiza a legislação relativa aos direitos autorais seria outra forma de homenagear Sílvio Caldas.

Na opinião de Benedita, Sílvio Caldas foi um dos poucos brasileiros que souberam preservar o valor da cultura popular, "correndo como peregrino por todos os cantos do país". A seu ver, seria impossível falar do "Caboclinho" sem mencionar sua grande obra *Chão de Estrelas*, que se transformou em um dos maiores mitos da cultura musical brasileira. Ela chamou atenção para a trajetória artística de Sílvio Caldas, que se estendeu ao teatro e ao cinema. O filme *Favela dos meus Amores*, de Humberto Mauro, foi lembrado pela senadora como "uma grande fonte inspiradora".

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) considerou justa a manifestação de Benedita e enfatizou a importância de Sílvio Caldas na divulgação dos costumes brasileiros por meio da música. Na opinião do senador Francelino

Pereira (PFL-MG), ninguém melhor que a senadora carioca para expressar sentimentos de pesar em nome de todos os brasileiros. O senador Eduardo Suplicy também se solidarizou com o pronunciamento.

Na intersecção entre a modinha e o samba

Sílvio Caldas "representou a exata intersecção entre a música branca, conhecida como *modinha*, e a música negra no Brasil", que ocorreu no país nos anos 20 e 30 com o ritmo chamado *samba*, afirmou ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ao reverenciar a memória do cantor.

O senador lembrou que Sílvio Caldas viveu profundamente esse período de fusão da música brasileira, destacando que o artista nasceu em 1908, no bairro de São Cristóvão, no Rio, aparecendo 20 ou 30 anos depois como o grande destaque e legítimo representante dessa fusão.

"O que isso tem a ver com a política?", indagou o senador, para responder em



Távola: Sílvio era fusão cultural

seguida: "Tem a ver, e muito. Porque ali estava muitas vezes o canto dos oprimidos, um fenômeno da cultura carioca de alto significado porque não era a cultura das elites, porque curiosamente, voltadas para a cultura francesa, as elites nacionais deixaram de formar uma cultura própria e incorporaram a cultura popular, tão bem representada pelas escolas de samba".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre os financiamentos e investimentos na agricultura
- 8h - Debate com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes sobre a reforma da previdência
- 9h30 - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro
- 10h - Sessão plenária (vivo)
- 10h após - Reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação - apreciação do relatório do projeto de lei que institui as normas gerais sobre desporto (Lei Pelé)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 18h45 - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro
- 19h30 - Debate com o senador Roberto Freire e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate com o senador Roberto Freire e o ministro da Previdência Reinhold Stephanes
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 9h45 - "Plenário em Revista"
- 10h - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Requerimento de Marina Silva foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais. Senadores querem saber qual a real situação da Amazônia, que já perdeu, em florestas, o equivalente ao Espírito Santo

CAS ouvirá ministros sobre desmatamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, por unanimidade, requerimento da senadora Marina Silva

(PT-AC) convocando os ministros do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, e da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, para prestar informações em audiência pública - em data a ser marcada - sobre os índices de desmatamento da Amazônia, referentes ao período de 1995 a 1997.

De acordo com Marina Silva, diante de informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de que em 1995 o desmatamento atingiu 29 mil quilômetros quadrados, e em 1996, um total de 18 mil quilômetros quadrados (ou o equivalente ao estado do Espírito Santo), o Congresso Nacional juntamente com o Executivo e a sociedade civil precisam debater a questão "para esclarecer melhor o real significado dos números anunciados, bem como

as medidas cabíveis por parte dos órgãos competentes".

O requerimento ainda inclui os nomes do diretor do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins; do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Marco Nogueira Barbosa, além de representantes de organizações não-governamentais e da comunidade científica.

Marina Silva lembrou que, das 13 medidas tomadas pelo governo para enfrentar os problemas do desmatamento e da seca na Amazônia, apenas duas têm aplicação imediata, enquanto as demais necessitam de regulamentação no Congresso. Para ela, é lamentável que no Brasil "tenhamos os piores dados sobre o desflorestamento, se considerarmos que 76% da reforma agrária estão sendo feitos na Amazônia".

SOLIDARIEDADE

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ressaltou a importância da convocação das autoridades, principalmente porque há informações de que as madeiras asiáticas já adquirem mais de 2 milhões de



Na reunião da CAS, os senadores manifestaram preocupação com o que vem ocorrendo na região amazônica

hectares na Amazônia. Também representante da Região Norte, Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou sua preocupação com a seca em seu estado, "coisa que nunca tinha visto depois de morar 19 anos em Roraima". Para ela, os esclarecimentos que serão dados pelos dois ministros e pelas outras autoridades contribuirão no sentido de que se encontre uma solução para o problema.

Segundo Benedita da Silva (PT-RJ), a audiência pública será uma oportunidade para que a opinião pública seja informada do que realmente está acontecendo naquela região, tanto no que se refere à seca quanto ao desmatamento constatado pelo Inpe.

Acordo adia votação do projeto das cooperativas

O projeto de lei da Câmara que trata do vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados teve sua votação adiada ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, para a reunião da próxima semana. O adiamento decorreu de acordo entre o presidente da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA), o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), e o senador Beni Veras (PSDB-CE), que, anteriormente, havia pedido vistas do projeto.

Jonas Pinheiro, que apresentou substitutivo ao projeto, sustentou em seu parecer que a supressão do artigo 442 da Consolidação das Leis de Trabalho, segundo o qual não existe vínculo entre o empregado e a cooperativa, vai acabar com o surgimento de cooperativas "fantasmas", constituídas com o fim de burlarem a legislação trabalhista e de se valerem das isenções tributárias atualmente concedidas às cooperativas. Para ele, esse fato tem provocado sérios desgastes na imagem do movimento cooperativista brasileiro e dado pre-

juízos à União, quanto à Previdência Social e aos estados e municípios, por causa da evasão de arrecadação, com prejuízos para os trabalhadores brasileiros.

Conforme o relator, existem no país 1.700 cooperativas de trabalho, que, juntas, reúnem cerca de 750 mil associados, com volume de negócios da ordem de R\$ 22 bilhões. Ele acrescentou que esses números demonstram a importância das cooperativas e justificam a necessidade de uma legislação específica.

Por esse motivo, estou apresentando no substitutivo ao PLC 31/97, capítulo específico sobre as cooperativas de trabalho, com o propósito de complementar e tornar mais contemporânea essa legislação e, em última instância, enquadrar e regulamentar essa modalidade da cooperativa e as relações com seus contratantes de serviços, bem como as vinculações empregatícias decorrentes - esclareceu Jonas Pinheiro.



Jonas: legislação específica

Mortes no Rio levam ministro e secretários a depor em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou requerimento de autoria da Senadora Benedita da Silva (PT-RJ), solicitando a convocação do ministro da Saúde e dos secretários estadual e municipal de Saúde, do estado do Rio de Janeiro, para prestarem esclarecimentos à comissão sobre a tragédia que culminou na morte de 51 crianças nas maternidades infantis das clínicas Alexandre Fleming e Fernando Magalhães.

Benedita da Silva quer saber, também, das autoridades esta-

duais cariocas, informações sobre as causas das precárias condições e atendimento à população por parte do Sistema Único de Saúde-SUS. A data do comparecimento ainda será definida.

A senadora esclareceu, na sua justificativa, que o estado e a cidade do Rio de Janeiro tornaram-se manchetes nacionais, não pelas suas decantadas e reconhecidas belezas naturais, mas, "infelizmente" pelo péssimo serviço de saúde disponível para a população,

"em particular", a das camadas mais necessitadas.

Agora mesmo, um alarmante número de óbitos de crianças verificados nos hospitais Alexandre Fleming e Fernando Magalhães, sem nenhuma explicação convincente, vem chocando a opinião pública nacional. Pior, as autoridades estaduais e municipais, num verdadeiro jogo de empurra, têm se recusado de prestar à população os esclarecimentos necessários - disse Benedita da Silva.